



Acesso à energia limpa reduz desigualdades



Alguns programas governamentais foram criados para que as famílias de baixa renda tenham acesso ao GLP, mas sempre existe espaço para que sejam revisitados e eventualmente aprimorados, de modo a atingir com mais eficácia o seu objetivo.

É o caso do Programa “Auxílio Gás”, um valor que os beneficiários recebem para adquirir seu botijão de gás, mas que acaba sendo usado de outra forma. Muitos usam esse dinheiro comprando comida, porque, em sua carência econômica, preferem cozinhar suas refeições com lenha, que acreditam ser gratuita, **o que não é verdade.**

Qual a solução?

Se antes era extremamente difícil e oneroso controlar o uso correto dos recursos de um programa social, hoje é possível assegurar a **destinação específica** desses recursos com a tecnologia dos meios de pagamento. E as experiências internacionais indicam que os resultados serão ainda melhores com as novas ferramentas que estão em desenvolvimento também no Brasil.

A lenha não é “de graça”. Pelo contrário.

A queima de lenha para o preparo das refeições gera enfermidades graves, milhares de mortes e enormes custos para os sistemas de saúde, além de uma série de prejuízos sociais e ambientais.

Trata-se da poluição do ar doméstico, que afeta principalmente mulheres e crianças. Os fogões a lenha representam 26% do consumo energético dos domicílios.

Os altos custos da lenha

Custos sociais Uma família gasta em média 32 horas por mês catando lenha. Para as crianças, tempo a menos em sala de aula prejudica o desenvolvimento e a vida profissional no futuro. Para adultos, esse custo corresponde a R\$ 240 reais (pelo salário-mínimo) ou R\$ 109,09 (pelo valor do Bolsa Família em nov.2023).

Custos na saúde A poluição do ar doméstico pelos fogões de lenha é responsável por grande parte das mortes por doença isquêmica do coração, derrame, pneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica e câncer de pulmão. São mais de 22 mil mortes por ano que poderão ser evitados com a substituição completa da lenha pelo GLP, além de se reduzir o total de gastos com saúde associados ao tratamento dessas doenças.

Custos ambientais A cocção à lenha gera prejuízos ambientais relevantes, contribuindo para a piora das mudanças climáticas. A emissão de gases de efeito estufa causa aumento da temperatura global, gerando efeitos climáticos extremos. Por outro lado, o acesso a combustíveis e tecnologias limpas para cozinhar reduz o desmatamento e a degradação ambiental. Vale lembrar que coleta de lenha para cocção muitas vezes está relacionada ao desmatamento ilegal. E que um só botijão de 13kg de GLP produz energia correspondente à queima de dez árvores.

Os programas de acesso à energia limpa e confiável do GLP, capazes de **reduzir a pobreza energética** e os danos associados ao uso da lenha, poderão agora atender a quem realmente precisa, com foco no objetivo do programa, evitando desvios de finalidade e promovendo um ganho social muito mais efetivo.

Este é o foco do estudo “**Diretrizes para Redução do Uso de Lenha para Cocção**”, realizado pelo professor Carlos Ragazzo (da FGV) e pelas pesquisadoras Ana Carolina Cordeiro e Bruna Cataldo, respectivamente doutoranda e doutora em economia pela UFF. Modelos internacionais visitados não deixam dúvida sobre a necessidade de destinação específica.

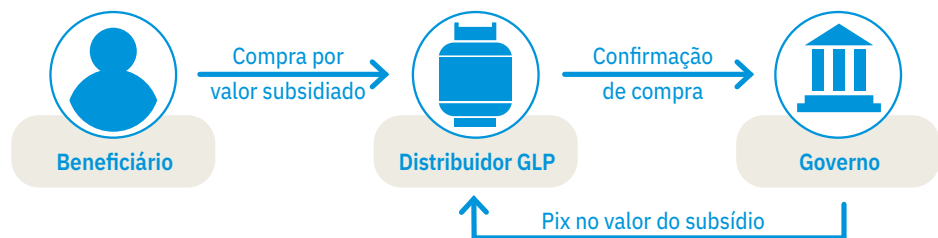


Funcionamento da destinação específica para que o GLP chegue às famílias em situação de pobreza energética

CENÁRIO 1: TRANSFERÊNCIA AO BENEFICIÁRIO



CENÁRIO 2: TRANSFERÊNCIA AO DISTRIBUIDOR



O PORQUÊ DA DESTINAÇÃO ESPECÍFICA

A transformação de programas como o “Auxílio Gás” em transferências de destinação específica é recomendada por ser esta a estratégia com maior capacidade de assegurar a efetiva substituição da lenha pelo GLP, evitando que o programa seja utilizado apenas com transferência de renda.

Como melhorar as condições de vida em todo o mundo?

A ONU respondeu essa pergunta com a Agenda 2030, que propõe a todos os países alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para serem alcançados até o final desta década.

São 17 objetivos (ODS), entre eles: “Erradicação da Pobreza” (1º) e “Saúde e Bem-Estar” (3º). Junto destes, o 7º ODS é “Energia Limpa e Acessível”, que coloca em destaque, como um dos grandes problemas da atualidade, o conceito de **pobreza energética**. E para erradicar a pobreza energética, considerando todos estes fatores, é preciso substituir o uso da lenha pela alternativa mais prática, viável, limpa, eficaz e acessível, que é o GLP.



7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



8 TRABALHO E CRESCIMENTO ECONÔMICO



EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

5 IGUALDADE DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



O que é bom pode ficar ainda melhor

Quando teve início o Auxílio Emergencial, durante a pandemia da covid, foram abertas mais de 100 milhões de contas digitais, das quais 67 milhões eram pessoas antes consideradas “invisíveis” para políticas sociais. Ainda assim, mais de 20% dos beneficiários das classes D e E não conseguiram receber, ou por falta de celular, ou por problemas com internet, ou por não conseguirem usar o aplicativo.

E continuam sendo invisíveis para o Cadastro Único os grupos com maior grau de exclusão, em contextos de extrema pobreza, comunidades mais afastadas, populações ribeirinhas e indígenas, que precisam estar incluídos.

A boa notícia é que as transferências de destinação específica já podem ser feitas com rapidez, praticidade, segurança e **baixo custo operacional**.

Por meio de um conjunto de soluções que se aplicam às diversas realidades existentes no Brasil, tanto os programas ligados ao GLP quanto as políticas sociais em geral poderão atingir resultados transformadores.

Soluções atuais

Cartão físico “voucher”

Este é o meio que depende menos das condições dos beneficiários, evitando exclusões dos mais vulneráveis, que não têm conta bancária ou acesso à internet. O beneficiário simplesmente apresenta o cartão “voucher” e retira seu botijão de gás, em um revendedor autorizado.

Cashback ao beneficiário

No ato da compra do GLP, o beneficiário paga o valor cheio e – uma vez confirmada a compra – recebe de volta o valor do subsídio, que é transferido pelo governo, por Pix, para sua conta bancária ou carteira digital.

Reembolso ao distribuidor

O beneficiário paga pelo GLP já com desconto e – uma vez confirmada a compra – o governo transfere a diferença dos valores por Pix para a conta da empresa.

Qual é o custo dessas operações?

Estimado em 3,15% do total, o custo das formas de transferência de benefícios aos cidadãos em programas sociais tende a se reduzir, com o avanço da digitalização e da inteligência artificial.

Além disso, pode ser priorizada a completa inclusão digital dos revendedores de GLP, que terá custo e prazo muito menores do que a inclusão de toda a população beneficiária.

E está prevista para o segundo semestre de 2024 a implantação do Drex (Digital Real X, versão digital do real brasileiro), que deverá minimizar custos de monitoramento, perdas por fraudes, etc.



Campanha educativa

Todas estas questões implicam mudanças culturais. Não basta facilitar o acesso ao GLP: é imprescindível conscientizar a população para o fato de que a lenha não é “grátis”.

Fica claro que as iniciativas no Brasil deixaram de comunicar os efeitos danosos desse costume tradicional de alguns segmentos da sociedade, que é a queima de lenha no preparo de alimentos. Campanhas culturais são fundamentais para buscar sucesso. Somente assim será possível implantar um programa realmente eficaz para a redução da pobreza energética em nosso país.

Dois países destacaram-se nos últimos anos por suas campanhas relacionadas à substituição da lenha pelo GLP. No Peru, uma campanha governamental do Fondo de Inclusión Social Energético (FISE) foi direcionada principalmente aos beneficiários do programa, por diversos meios de comunicação, e atingiu seus objetivos de conscientização. E no caso da Índia, onde existia uma barreira cultural quanto ao uso do GLP, já que algumas famílias temiam usar o botijão de gás, foram criados mais de 100 mil grupos (Panchayats) nas aldeias de todo o país, com o apoio dos líderes dessas comunidades, para sensibilizar os cidadãos quanto aos benefícios do GLP em relação aos combustíveis tradicionais.

O Sindigás apoia os programas governamentais focados no combate à pobreza energética

As empresas distribuidoras de GLP não dependem de subsídios para a venda do produto. E procuram colaborar com o poder público, por intermédio do Sindigás, que desenvolve estudos e estimula debates alinhados com os mais diversos objetivos de desenvolvimento social.

O estudo “Diretrizes para Redução do Uso de Lenha para Cocção”, elaborado por três professores, realiza um benchmarking internacional de programas semelhantes em outros países, com o objetivo de identificar estratégias de implementação e propor soluções regulatórias para abordar esse desafio no contexto brasileiro.

Serviços energéticos de qualidade para a população em todo o país são essenciais para melhorar as condições de vida e reduzir as desigualdades.

GLP: a alternativa mais sustentável

Aqui estão algumas das inúmeras vantagens que fazem do GLP a melhor alternativa para substituir o uso da lenha e reduzir a pobreza energética:

Fácil transporte: enquanto o gás canalizado ou o biogás dependem da instalação de redes de gasodutos, o GLP é facilmente disponível em áreas rurais ou de difícil acesso, abastecendo inclusive a população mais carente com regularidade e baixo custo.

Alcança 100% dos municípios do território nacional, sendo utilizado em 91,1% dos domicílios no Brasil, o que corresponde hoje a cerca de 65,9 milhões de residências.

Sua embalagem é de instalação simples, não se deteriora ao longo do tempo de armazenamento e tem vida útil que pode chegar a sete décadas.

Capilaridade: seu sistema de distribuição e comercialização conta com uma vasta rede composta por 60 mil pontos de venda e mais de 20 distribuidoras em todo o país, atendendo a rigorosos requisitos de segurança e qualidade.





Associado à



Empresas Associadas

